

COMPENDIO DE GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LÍNGUA
PORTUGUEZA, DE A. DA COSTA DUARTE: EDIÇÕES EM CONFRONTO

COMPENDIO DE GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA
BY A. DA COSTA DUARTE: EDITIONS IN CONFRONTATION

Marli Quadros Leite

Universidade de São Paulo | CNPq

mqlite@usp.br

RESUMO:

O *Compendio* de Antônio da Costa Duarte, publicado no Maranhão, teve seis edições, situação que comprova o sucesso editorial da obra, originariamente destinada ao ensino de língua portuguesa, nível básico (“Licêo do Maranhão e aulas de primeiras letras da Provincia”). Das seis edições, quatro são conhecidas e referidas (1ª 1829, 3ª 1853, 4ª 1859, e 6ª 1877), das demais não se conhecem as datas. Neste artigo, tomam-se três dessas edições, a primeira, a quarta e a sexta, para compará-las, destacando e analisando algumas alterações havidas entre a primeira e as duas outras examinadas. Depois de considerações sobre as edições, serão examinadas alterações devidas tanto ao acréscimo de notas de rodapé quanto a modificações existentes no corpo do texto. A investigação mostra que Duarte aproximou-se mais da teoria racional nas edições posteriores à primeira, pelo acréscimo de explicações teóricas e aplicações da teoria à descrição da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE:

Gramática brasileira; século XIX; gramática filosófica; história das ideias linguísticas.

ABSTRACT:

The *Compendio* by Antônio da Costa Duarte, published in Maranhão, had six editions, which proves the editorial success of the work, originally destined for entry level Portuguese language teaching (“Licêo do Maranhão e aulas de primeiras letras da Provincia”). Of the six editions, four are known and referenced (1st 1829, 3rd 1853, 4rd 1859, e 6th 1877) whilst the dates of the others are unknown. In this article, we take three of these editions, the first, the fourth and the sixth, in order to compare them, highlighting and analysing some of the changes that have been made between the first and two other editions examined. After consideration of the edits, changes to both the addition of footnotes and modifications to the body of the text will be examined.

The investigation shows that Duarte came closer to rational theory in the later editions of the first edition, by the addition of theoretical explanations and applications of the theory to the description of the Portuguese language.

KEY-WORDS:

Brazilian grammar; nineteenth century, philosophical grammar; history of linguistic ideas.

Considerações iniciais¹

O *Compendio* (1829) foi publicado no Brasil quando ainda não havia no país produção de gramáticas filosóficas, o que já era realidade em Portugal desde 1783, pela publicação da *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza*, de autoria de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Pode-se dizer que apenas tardiamente as gramáticas filosóficas, ou racionais, fizeram sucesso em Portugal, muito depois da publicação, em 1660, da *Grammaire générale et Raisonnée* (GGR), por Arnauld e Lancelot, na França. A obra gramatical portuguesa que mais repercussão teve no mundo lusófono² foi a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), de Jeronimo Soares Barbosa (1737-1816), cuja redação, embora finalizada no início dos anos oitocentos (1802), somente foi publicada vinte anos mais tarde, tendo, portanto, vindo à luz postumamente.³ Alguns anos depois, então, publicou-se no Brasil o

¹ O *Compendio* de Antonio da Costa Duarte, organizado por Leite e Pelfrêne (2017) está disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218> e tem estudo introdutório de Leite (2017, p. 12-34).

² Pelo menos em Portugal e no Brasil.

³ Jeronimo Soares Barbosa publicou, em 1807, a obra *As duas linguas ou grammatica philosophica da lingua portugueza*, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo, que, como o título indica, tem a finalidade de comparar a língua portuguesa com a latina, sob a luz da gramática racionalista. Essa gramática, contudo, como afirmam Assunção; Fontes e Coelho (2016), não exerceu nenhuma influência em obras gramaticais posteriores.

Compendio de grammatica portuguesa (1829), de Antonio da Costa Duarte, uma das primeiras gramáticas filosóficas⁴ brasileiras, objeto de estudo neste artigo.

Essa gramática teve seis edições, publicadas entre os anos 1829 e 1877, todas dedicadas ao ensino e, mais especificamente, redigidas para serem utilizadas tanto pelos estudantes do *Licêo do Maranhão* quanto por alunos das séries iniciais de outras escolas maranhenses. O exame da obra revela que a gramática sofreu modificações ao longo do tempo, o que pretendemos mostrar pela comparação de certos aspectos da primeira (1829), quarta (1859) e sexta (1877) edições.⁵ As diferenças entre essas edições começam pelo título que na primeira (1829) é *Compendio da grammatica portuguesa*, e nas demais, quarta e sexta aqui em foco, o título inclui o adjetivo “philosophica” e passa a ser *Compendio da grammatica philosophica portuguesa*. A análise trata de aspectos da teoria gramatical em que a convicção do autor foi fortalecida a respeito de fundamentos da gramática filosófica, ou foi reforçada naquilo em que o pensamento gramatical do autor mudou, no curso do tempo: conceito de gramática; conceito de oração ou proposição; conceito de verbo; conceito de identidade e conveniência; classificação da interjeição; consideração sobre o número dual.

Para a elaboração da pesquisa, partimos da hipótese de que a produção de conhecimento novo se faz pela conexão entre o que já é dado e pela continuidade do que se produziu na longa duração do tempo, o que conforma o *horizonte de retrospectação* (Auroux, 1987, 1995, 2007) do autor. Assim, trabalhando com a possibilidade de alteração do que já é *dado*, para que seja possível a produção do *novo*, examinaremos as quatro edições citadas do *Compendio*. O exame do *horizonte de retrospectação* de Antonio da Costa Duarte deve explicar a alteração do título da obra, assim como as modificações realizadas no corpo do texto

⁴ Diz-se que a primeira é o *Epitome de grammatica da lingua portuguesa* (1806), de Antonio Moraes e Silva (1756-1758(?)1825). O autor nasceu no Rio de Janeiro e viveu também em Portugal, onde, como afirma Gonçalves (1998), foi magistrado e conselheiro de cortes supremas de justiça. O *Epitome* foi concluído no Brasil, como escreve o próprio autor: “Acabou-se este Epitome da Grammatica Portuguesa no Engenho Novo de Moribeca em Pernambuco, aos 15 de Julho de 1802”. Aqui não a considero a primeira gramática filosófica brasileira porque não está, efetivamente, de acordo com as premissas da gramática geral, embora apresente traços dessa teoria. Sobre essa obra, leia-se Cavaliere (2014).

⁵ Não temos as datas das três outras edições. Polachini (s.d.) cita uma outra edição, datada de 1859, mas não lhe referiu a edição.

e, principalmente, a revisão a que procedeu em notas de rodapé existentes, ou a inclusão de novas notas, a ponto de levá-lo a alterar substancialmente o conteúdo e a forma da gramática.

Neste momento, não nos comprometemos com a busca de informações acerca do *horizonte de retrospectão* mais longínquo do autor, vale dizer, com as fontes anteriores ao século XVII. Trataremos, portanto, de sua relação com as ideias de autores franceses dos séculos XVII e XVIII, representantes da teoria da gramática geral, e, igualmente do diálogo próximo e do aproveitamento das lições de um autor português do século XIX, Jerónimo Soares Barbosa, cujas ideias compõem, de modo muito evidente, a obra de Antonio Duarte da Costa.

Como mostraremos por alguns exemplos, as alterações havidas no corpo do texto são curtas, objetivas, embora, em alguns casos, sejam substanciais, já aquelas das notas são longas e profundas. O autor não somente faz, nas notas, esclarecimentos pontuais sobre questões menores do conteúdo como também, conforme diz Leite (2017, p.13), trata de problemas da teoria e de filosofia gramaticais, discutindo conceitos e ampliando sua análise sobre alguns fatos linguísticos, além de abrir discussão com outros gramáticos a respeito de questões acerca das quais tem interpretação divergente.

Tratemos, pois, de diferenças existentes entre as edições do *Compendio*.

1. Um panorama sobre as edições do *Compendio*

O exame das três edições de que dispomos, a primeira de 1829, a quarta de 1859 e a sexta de 1877 mostrou, primeiro, que diferenças aparecem entre a primeira e a quarta e, depois, que elas se repetiram na sexta, embora haja alteração mínima e nada relevante entre essas duas últimas.⁶

Antes de tratar dos aspectos gramaticais do *Compendio*, vejamos, pela análise de dados paratextuais, algumas poucas alterações gerais existentes entre a primeira e as duas outras edições antes referidas. A primeira diferença a ser destacada refere-se, evidentemente, ao título, que na primeira edição é *Compendio da grammatica portugueza*, e na quarta, *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, o qual permaneceu até a última edição, a sexta. Os dois acréscimos, o da qualificação da obra como “philosophica” e

⁶ O fato de não haver nenhuma indicação da presença de um adaptador, nem prefácio em que haja referência ao falecimento do autor, autoriza nossa hipótese de terem sido todas as edições publicadas enquanto viveu.

também a inclusão do substantivo “lingua” no sintagma que especifica a obra como um todo, indicam logo que a gramática não somente sofreu alterações, mas que teve seu escopo mais definido e ampliado. O autor sinalizou explicitamente, já no título, a introdução de uma nova teoria, a geral ou racional, acrescida à primeira, aquela a que se pode referir como “teoria natural” da descrição gramatical, a greco-latina, para a interpretação do fato linguístico.

Essa segunda teoria, designada na França como “*générale et raisonnée*” (Arnauld; Lancelot 1660; Arnauld; Nicole 1662), cujos termos são traduzidos em português como *geral e racional*, ou *geral e razoada*, é denominada no mundo português, predominantemente, como *philosophica*. A origem dessa fonte é o trabalho dos padres franceses do convento de Port-Royal, les *Messieurs de Port-Royal*, como são muitas vezes referidos (Colombat; Puech; Fournier 2017). Essa, então, é a *segunda teoria*⁷ da qual Duarte se beneficia para compor seu *Compendio*.

Vale registrar que desde a primeira edição do *Compendio*, a que não levou a qualificação *philosophica*, Duarte conhecia a teoria geral e já estava com ela engajado, embora, naquele momento, talvez não estivesse ainda preparado para explorá-la, como veio a fazer depois que reeditou o *Compendio*. Na *Introdução* da obra, cujo texto se repete inalterado em todas as edições, ou ao menos nas três sob nosso domínio, é assim que o autor se posiciona quanto aos princípios de sua obra:

Na formação de seus pensamentos é uniforme, unico, e imutavel o procedimento do espirito humano; pois que todo o homem, de qualquer Nação que seja, pensa porque tem idéas, e comparando-as aprende as relações que entre ellas ha: mas como entre as operações de nosso espirito e a Linguagem articulada, por meio da qual se exprimem, ha uma intima connexão e correspondencia; é forçoso que esta mesma immutabilidade se communique ás Linguas de todos os Povos. (Duarte 1877, p. 3)

Nesse trecho é evidente a premissa da generalidade da *linguagem* e a da particularidade das *línguas*. A afirmação da relação pensamento (espírito) / linguagem articulada (língua) é própria a toda a humanidade, por meio de processo comum: ideias > pensamento > linguagem, cuja descrição pertence à gramática geral/filosófica. O autor vale-se do termo “universal” para referir-se

⁷ A primeira é a da tradição greco-latina.

à gramática que deve dar conta da descrição e das regras desse procedimento geral que subjaz à produção de todas as línguas. Do que dele emana, mas que não é igual em todas as línguas, compete às gramáticas *particulaires*. São estas as palavras do autor:

Sendo porém á Grammatica Universal a Arte, que analysando o pensamento, ensina com que especie de palavras se devem exprimir as idéas e as relações, de que elle póde constar; segue-se que a Grammatica Universal é tambem immutavel e a mesma em todas as Nações. Mas como estas escolhêrão para signaes de suas idéas vocabulos diferentes *só no material dos sons*, é preciso accommodar aquelles mesmos principios invariaveis á indole de cada Lingua, começando pelo estabelecimento dos preceitos geraes da Linguagem, e applicando-os depois aos usos da que se pretender ensinar: eis aí o que se chama Grammatica Particular. (Duarte 1859, Introdução)

Fica, portanto, evidente, na afirmação de Duarte que ele segue a tese da generalidade da linguagem, acreditando que as ideias e pensamento dos homens são as mesmas e que apenas a referência concreta a elas, ou seja, as palavras, é diferente de língua para língua. Uma gramática particular, desse modo, deve dar conta, de um lado, das regras gerais do pensamento, o que se faz pela análise das proposições enunciadas, e de outro, das regras particulares de uma dada língua.

A ideia da existência de *gramática geral* x *gramática particular* surge ao mesmo tempo em que emerge a *Grammaire générale et raisonnée de Por-Royal* (GGR), pois, como esclarecem Fournier e Raby (2013, p. 59), os métodos de ensino para o espanhol e italiano,⁸ redigidos por Claude Lancelot surgiram ao mesmo tempo em que a GGR, em 1660. Fournier e Raby, nesse estudo que se desenvolve na trilha da reavaliação do estatuto dos referidos métodos, feita por Auroux e Mazière (2007), afirmam que “pour une bonne part, la construction de la généralité dans la *Grammaire* des Messieurs accompagne celle d’une ‘matrice romane’ de la réflexion linguistique.” O que nos interessa aqui sobre essa história é que, como lembram Raby e Fournier, Lancelot, no prefácio da GGR, fala de seus dois métodos e das dúvidas que lhe vieram à mente quando os redigia. Assim, Lancelot relata que compartilhou suas inquietações linguísticas com seu amigo Antoine Arnauld, e esse, como lógico que era, se propôs a discuti-las. Disso resultou que as dúvidas sobre essas gramáticas particulares originaram

⁸ Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue espagnole et Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue italienne.

“resoluções e reflexões” que fizeram emergir a GGR (Fournier e Raby (2013, p. 60). Em geral, contudo, a crítica historiográfica não descreve desse modo a história da relação dessas três obras. Ao contrário, diz que a gramática geral não é “de uso”, sem indicação clara de que ela *vem do uso*, entenda-se, do estudo de línguas particulares, *para servir ao uso*. Seria a GGR a teoria geral a ser utilizada para que se pudesse compreender o funcionamento da linguagem e das línguas e, assim, ser aplicada à descrição de cada uma delas, constatação que poderia desfazer muita confusão.

Essa história esclarece como as duas modalidades de gramática, *particular* e *geral*, nessa ordem, de acordo com os acontecimentos históricos relatados, mantêm relações. Logicamente, contudo, a gramática geral, que traz a reflexão sobre “a linguagem e suas regras gerais”, constituiu uma teoria que passou a ser aplicada à descrição de muitas línguas, inclusive do português, razão por que a ordem preferencial de citação desse par terminológico passou a ser *geral* x *particular*.

A declaração da diferença existente entre os diversos tipos de gramática, ou, pelo menos, ao conceito de gramática *geral* x gramática *particular*, portanto, é presente em quase todas as gramáticas filosóficas produzidas a partir da segunda metade do século XVII até o século XIX. Em Portugal e no Brasil, por exemplo, até os anos 70 do século XIX ainda se publicavam gramáticas filosóficas, e, para situá-las no cenário da gramaticografia, era comum a abertura dessas obras pela apresentação de conceitos de diferentes tipos de gramática (gramática comparada, geral, normativa, expositiva, elementar etc.). O *Compendio* de Duarte, por exemplo, foi publicado de 1829 a 1877 e apresenta a oposição aqui discutida, mas em vez de *geral* o autor se refere a *gramática universal* x *gramática particular*.

Outro ponto que diz respeito às diferenças gerais vistas no paratexto das edições é referente ao público ao qual o *Compendio* é destinado. Na primeira edição, o frontispício traz a afirmação de que ela se volta para “uso das escolas de primeiras letras”; já na quarta e na sexta, isso se altera e o público alvo passa a ser outro, como se pode ler: “Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia”.⁹ Essa orientação parece um tanto confusa, porque é difícil uma obra didática servir com eficácia e proveito a um público tão heterogêneo, como para alunos

⁹ Na sexta edição, essa inscrição aparece levemente diferente: o *y* da palavra Lycê é substituído por *i* e a repetição dessa palavra é eliminada, como se lê: “Escolhida pela Congregação do Licêo do Maranhão para uso do mesmo, e das aulas de primeiras letras da provincia”

mais adiantados no estudo da língua, os do liceu, e para os mais atrasados, aqueles dos primeiros anos de estudo, referidos como os “das primeiras letras”.

A análise das duas obras nos leva a inferir que o Pe. Antonio da Costa Duarte, depois da publicação da primeira edição do *Compendio*, aprofundou e aperfeiçoou seus conhecimentos sobre a teoria da gramática geral francesa, que deu origem às filosóficas portuguesas. Essa mudança de *status* do conhecimento gramatical de Duarte é declarada pelas referências que há na capa da obra. Na primeira edição, na capa e folha de rosto, não há referência à especialização do conhecimento gramatical do autor, mas apenas que o *Compendio* era recomendado ao público interessado por ser “ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos”. Já na quarta e na sexta edições, a recomendação é apresentada com outro teor, pois na capa e na folha de rosto vê-se a referência específica à qualificação do autor, assim: “Padre Antonio da Costa Duarte lente da grammatica philosophica da lingua, e analyse dos nossos classicos.” Esse *ethos* resta confirmado, pois, internamente, o *Compendio* mudou sua aparência e, em certa medida, sua essência, pela inclusão de inúmeras notas de caráter teórico, embora o corpo do texto tenha permanecido *quase* inalterado.

Além disso, na primeira edição, como comenta Leite (2018, p. 13) os dados paratextuais mostram a configuração político-religiosa da primeira edição, o que desapareceu na quarta e sexta edições.

A seguir, examinaremos o conteúdo de três notas de rodapé acrescentadas às edições quarta e sexta do *Compendio*, e duas ocorrências de alteração havidas no corpo do texto principal, em relação à redação da primeira edição.

2. As notas de rodapé: análise comparativa

A segunda diferença entre as edições diz respeito às notas de rodapé. A primeira edição do *Compendio* tem quarenta e duas notas e as outras duas aqui em exame, sessenta e oito. Diante desse quadro, seria possível dizer que, numericamente, a diferença existente entre as edições quanto à quantidade de notas não é tão grande, já que apenas vinte e seis foram acrescentadas nas edições seguintes à primeira, pelo menos da quarta em diante. Essa impressão, contudo, revela-se falsa logo ao primeiro exame do *Compendio*. Os acréscimos feitos às notas existentes, em muitos casos, são relevantes, como a 4, por exemplo, sobre a descrição dos ditongos e contestação da doutrina de “um gramático”, pois, na primeira edição, tal nota tem apenas oitenta e duas palavras e na quarta

passa a mil, cento e noventa e seis. Tal situação nos leva a classificar dois tipos de notas nas edições seguintes à primeira aqui em análise: (i) novas notas; (ii) notas revistas, pelo acréscimo de informações ou de mudança de orientação relativamente às já existentes.

As notas acrescentadas nas edições seguintes à primeira, como na quarta e sexta aqui analisadas, têm papel importante para a doutrina, tanto sob o ponto de vista do conteúdo, da discussão teórica dos fatos linguísticos, quanto do ponto de vista formal, por sua quantidade e extensão, pois *quase* constituem nova obra inserida na original. O recurso tecnológico nos permite dimensionar com certa precisão tais dados: o corpo do *Compendio* conta 42.711 palavras e 197.906 caracteres. O texto das notas é escrito em 13.818 palavras e 64.308 caracteres, o que significa quase um terço da obra, o que é muito significativo. Algumas dessas notas serão analisadas adiante. Um quadro-resumo das notas existentes nas edições que constituem o *corpus* desta pesquisa encontra-se em Leite (2018, p. 15-18))

2.1. O conceito de gramática

A primeira nota do texto é nova, e seu conteúdo confirma o que dissemos antes sobre o aprofundamento da teoria geral da obra. Logo na definição de “gramática”, Duarte (1859, p. 7; 1877, p. 1) acrescenta explicações teóricas que confirmam o aprofundamento na teoria da gramática geral, que decidiu implementar no *Compendio*. Veja-se o texto da definição de gramática, constante em todas as edições e a nota (1) acrescentada nas demais:

Grammatica Portugueza é a Arte que ensina a fallar, ler, e escrever sem erros a Lingua Portugueza.¹ (Duarte 1877, p. 1)

A nova nota tem o seguinte conteúdo, aqui parcialmente mostrado:

(1) Arte é um systema, rasoado de operações proprias a produzir um effeito importante á vida, e que se não podia esperar da natureza só.

Lingua é todo o systema do signaes que directamente manifestão o pensamento. Esta definição comprehende a linguagem articulada e a linguagem da acção.(...) (Duarte 1877, p. 1)

O conceito dado no texto, combinado com o da nota, opera claramente com a definição de gramática da GGR.¹⁰ Já a nota vai além disso e traz a ideia e a explicação iluminista do conceito de “arte”. Diderot, em sua definição de *arte*, diz que o termo é abstrato e metafísico, mas que no curso da história se chegou à conclusão de que “arte”, “ciência” ou “disciplina” seriam termos usados para designar um sistema de regras ou de instrumentos voltados a um mesmo objetivo. Na reflexão sobre uso e emprego de palavras, cujo estudo ficou designado pelo termo “gramática”, Duarte aproxima-se das ideias de Diderot ao definir “arte”.

Nota-se que Duarte se beneficiou dessas ideias ao também formular a explicação para o conceito de gramática como “arte”. O conceito de Diderot “sistema de instrumentos e regras relativas a um objeto determinado, o som articulado” está presente na formulação de Duarte: “systema, rasoado de operações próprias a produzir um effeito importante á vida, e que se não podia esperar da natureza só”. Como se vê na citação anterior e, também na seguinte, a ideia de *sistema* de operações, regras de instrumentos, relativa a um objeto determinado, como defendido por Diderot, é equivalente à de Duarte, pois o “sistema de operações próprias” são as regras que possibilitam a articulação da linguagem que interfere na realidade, “a linguagem da ação”. Também, a afirmação de que a língua é todo o sistema de sinais que manifesta o pensamento está em correlação com o que diz o filósofo sobre os signos da fala, “a expressão do pensamento”. Esta é a definição de Diderot para “art”, na *Encyclopédie*:

Grammaire est le nom d’un systèmè d’instrumens & de regles rélatifs à un objet déterminé ; & cet objet est le son articulé, les signes de la parole, l’expression de la pensée, & tout ce qui y a rapport ; il en est de même des autres Sciences ou Arts.(Diderot 1751, p. 713)

2.2 Conceito de oração e proposição

Outra nota mostra como Duarte aprofundou-se na teorização e aplicação de princípios da gramática geral e dos preceitos iluministas. A definição de “oração” desde a primeira edição foi feita nos termos da gramática filosófica pela aproximação sinonímica entre *oração* e *proposição*. Como pontua Beau-

¹⁰ La grammaire est l’art de parler. Parler est expliquer ses pensées par des signes que les hommes ont inventés à ce dessein. (Arnauld; Lancelot 1803, p. 247)

zée (1765, p. 549a-b),¹¹ «ORAISON, s. f. DISCOURS, s. m. (Synonym.) ces deux mots en grammaire signifient également l'énonciation de la pensée par la parole ; c'est en quoi ils sont synonymes.» A partir dessa premissa, a definição se faz pelo pressuposto da gramática geral, segundo o qual é pela *proposição* que o homem enuncia seus pensamentos, conectando um sujeito a um atributo, pelo verbo substantivo *ser* (Arnaud, Nicole 1992, p. 105 [1662]). Vejamos a definição de Duarte, na primeira edição e, também nas outras duas, pois essa sofreu alteração:

1.^a edição

Oração ou Proposição é a **união** de um attributo com um sujeito, como: O homem é racional. Discurso é um encadeamento de proposições. (Duarte 1829, p. 64) (Grifo nosso)

4.^a e 6.^a edições

Oração ou Proposição é a **enunciação** de um attributo em um sujeito, como o homem é racional. (1)8 (Duarte 1829, p. 26)(Grifos nossos)

A troca dos termos “união” por “enunciação” é uma clara indicação da conexão de Duarte com a lição de Beauzée (Ibidem) que diz o seguinte: “Dans le discours on envisage surtout l’analogie & la ressemblance de l’énonciation avec la pensée énoncée.”, e depois, no mesmo verbete (*oraison* | *discours*) emprega oito vezes o termo “enunciação”, para referir-se ao modo como o pensamento é expressado pela língua, ou seja, quando há a “enunciação do pensamento”.

Jeronimo Soares Barbosa (1822, p. 361), que, segundo dissemos, está no *horizonte de retrospectação* mais próximo de Duarte, tem, igualmente tanto a teoria da GGR quanto a dos iluministas Du Marsais e Beauzée em seu horizonte, e toma como sinônimos os termos *oração* e *proposição*, acrescentando ainda a essa dupla o termo *frase*.

Oração, ou Proposição, ou Frase (pois tudo quer dizer o mesmo) he qualquer juizo do entendimento, expressado com palavras. (Barbosa 1822, p. 361)

¹¹ Artigo *oraison discours*, (Synonym.), vol. XI (1765), p. 549a–b.

Essa definição de Barbosa relaciona-se ao que disse Duarte na nota acrescentada à definição constante da quarta e sexta edições pelo termo “juízo”. Explica Duarte na nota:

(1) Juizo é a percepção da relação de conveniencia ou repugnancia entre duas idéas. Idéa é o resultado da acção d’alma sobre um sentimento unico. Proposição é um juizo enunciado. A esta definição equivale exactamente a que démos a cima. (Duarte 1829, p. 26)

No capítulo *Da syntaxe, e construcção* (Duarte 1822, p. 102), esse tema é retomado quando o autor, então, explica como a “oração ou proposição” é construída sintaticamente. Nesse momento, então, a definição se compõe sob os três termos, *proposição, enunciado e juízo*:

Oração ou Proposição é a enunciação de um attributo em um sujeito, isto é, um juizo enunciado, como : *O vicio é detestavel.* (Duarte 1877, p. 103)

Ainda na exploração do emprego dos termos e conceitos, vejamos a mudança realizada tanto no corpo do texto quanto na nota nova. Examinemos a seguir o conceito de “verbo”.

2.3 Conceito de verbo

No texto da primeira edição, o verbo é concebido, antes de tudo, como o elemento conector do sujeito da oração com seu atributo, o que coincide com o preceito da GGR. Contudo, Duarte amplia o conceito ao se referir à relação do sujeito com o atributo e a considerar a incidência das categorias verbais, *modo, tempo e pessoa*, nessa relação. Assim, fica dito o conceito:

Verbo é a parte do discurso, a qual une o attributo da oração com seu sujeito, enunciando por diferentes modos a coexistencia de um no outro, com relação a certos tempos e pessoas, como: *Eu sou, Tu Foste, Elle Será.* (Duarte, p. 35)

Essa definição valida o conceito da GGR, ao prever que o verbo «ne devoit point avoir d’autre usage que de marquer la liason que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition, mais il n’y a que le verbe être, qu’on appelle substantif (...)» (Arnaud e Lancelot 1803, p. 332). Os padres de Port-

-Royal também concordam com o fato de o verbo ter diversas inflexões pelas quais os pensamentos são enunciados. Uma pequena diferença de conceito de verbo, para Duarte em relação ao da GGR, porém, surge nas definições, constantes da quarta e sexta edições, como se vê no trecho a seguir:

Verbo é a palavra que anima os termos da proposição, e por diferentes modos, tempos, e pessoas exprime a união de um attributo com um sujeito, como : Deus é justo : O homem não he infallível : Applico-me ao estudo. (15) (Duarte, p. 51)

Nesse caso, é a palavra *anima* que imprime uma diferença em relação à teoria da GGR, uma vez que “animar” é mais do que “conectar”, pelo efeito de sentido de dinamismo e ação. Contudo, essa definição ainda não aporta a maior discordância que Duarte tem com a teoria da GGR. A nota nova repete a definição dada no texto e tem o objetivo de explicá-la nos termos da teoria racional, que parte da capacidade do homem de conceber o mundo e sobre ele formular juízos, enunciando-os por meio de proposições, formadas por três elementos: sujeito + verbo substantivo + atributo. Isso é o que vem dito no texto da nota a seguir transcrita:

(15) Verbo é a palavra que anima os termos da proposição, e que por diferentes modos, tempos, e pessoas, exprime a relação de conveniencia entre um attributo, ou modo de existir, e um sujeito ; como : Deus é justo : O homem não é infallível : Applico-me ao estudo. Esta definição, que vem a ser a mesma do texto, é fundada nos princípios seguintes. A definição do Verbo deve tirar-se de sua natureza. O Verbo é um dos elementos da proposição : esta é um juizo enunciado : juizo é a percepção ou conhecimento da relação de conveniencia, isto é, concordancia, ou discordancia entre duas idéas. Não tem portanto um juizo, mais que dois termos de comparação, isto é, duas idéas, uma das quaes necessariamente é a principal, e a outra de uma propriedade ou modificação, que nosso espirito examina se convem ou não á principal. Conhecida sua conveniencia ou discordancia, o juizo está feito, sem que nelle haja nem affirmação, nem negação alguma. (Duarte 187, p.51)

Percebe-se que Duarte mais concorda do que discorda da GGR a respeito da natureza, definição, forma e função do verbo, embora essa concordância não seja absoluta. Em certo ponto, ele abandona o preceito de o verbo *ser* constituir-se como o “verbo único” que expressa *afirmação* por meio da proposição. Nesse caso, então, Duarte encontra-se mais próximo da ideia de Beauzée (1765). O

pensador francês refuta a ideia de que o verbo *ser* seja “o único verbo” e entende também que não conserva em si a ideia de afirmação. Além disso, define que o verbo designa uma “existência intelectual” que preside às relações entre os elementos. Talvez a palavra “anima” escolhida por Duarte para a composição de seu conceito abrigue essa ideia. Em Leite (2017) pode-se ler uma discussão maior sobre o conceito de verbo para Duarte.

A análise desses três exemplos de notas novas revela como Duarte, nas edições posteriores à primeira de seu *Compendio*, tornou-a mais racionalista / filosófico, pela explicitação do que já estava dito e pela inclusão de explicações que confirmam sua filiação teórica. Nos casos analisados, vemos um Duarte mais próximo de Beauzée (1765).

A seguir, examinaremos algumas alterações feitas no corpo do texto do *Compendio*, examinando como a teoria geral foi relevante em cada uma delas.

3. Diferenças no corpo do texto

O terceiro tipo de diferença entre as edições diz respeito às alterações feitas no corpo do texto do *Compendio*. Nesse espaço, a obra passou por três tipos de alteração: (i) reorganização do texto, com manutenção do conteúdo; (ii) deslocamento de informações constantes no corpo do texto da primeira edição, para as notas, na quarta e sexta edições; e (iii) alteração de parte, ou inserção de nova informação. Examinaremos aqui apenas um exemplo que contempla os itens (ii) e (iii), com base na introdução do capítulo *Da etymologia* que, nas demais edições passa a ocupar o espaço de nota de rodapé.

3.1 Sobre o capítulo *Da etymologia: identidade e conveniência*

Nas edições examinadas, o capítulo *Da Etymologia* (Duarte 1829, p. 17; 1877, p. 26) abre-se de modo diferente, da primeira para as duas outras. Na edição de 1829, há inicialmente uma apresentação do assunto para, depois, vir a essência do capítulo. Nas outras duas edições, o capítulo abre-se diretamente e com a definição de *proposição/oração*, a que vem agregada uma nova nota, que, como mostraremos adiante, trata do conceito de *juízo e proposição*. O texto de abertura do capítulo em questão é deslocado para o rodapé e passa a constituir a nota (2) da página 26, como explicação das partes do discurso

que o autor denomina “partes elementares do discurso”, seguindo, nesse caso, Barbosa (1822).

No texto de *Introdução* do *Da Etymologia*, na primeira edição, o autor expõe princípios da teoria racionalista, utilizando termos que não são exclusivos dessa teoria, para alicerçar sua descrição e interpretação da língua. Então veem-se, de um lado, em destaque, os termos, *relação, pensamento, ideia, percepção de relações, identidade, conveniência, determinação*, típicos dos textos primários da teoria geral, racionalista, filosófica (Arnaud e Lancelot 1803; Du Marsais 1753; Beauzée 1765; Barbosa 1822); e, de outro, termos como *substância, qualidade, nexa e ordem*, empregados por Barbosa (1822), e também por Duarte, que marcantes na *teoria natural* de interpretação da linguagem, a de tradição greco-latina, dos quais Duarte faz uso pontual nesse passo da gramática. Decorrente disso, há a classificação das palavras em cinco espécies: *nome substantivo*, nome *adjetivo* (em que se incluem o artigo, o pronome e o particípio), *verbo* (substantivo, adjetivo e auxiliar), *preposições* (incluem os advérbios) e *conjunções*. Tal classificação, especialmente no que tange ao tratamento do *verbo* e do *advérbio* apresenta diferenças nas edições do *Compendio* posteriores à primeira, sobre o que não há espaço para tratar aqui.

O texto introdutório ao qual nos referimos, e que vem a seguir citado, é programático por anunciar a hipótese com base na qual Duarte parte para a analisar a língua. Trata-se da relação da língua com o pensamento, evidente pelo entendimento de que as palavras são sinais do pensamento. Isso justifica, portanto, o lugar de destaque do texto, na primeira edição, como introdução da parte *Da Etymologia*. Vejamos os textos, que, como advertimos, têm *quase* o mesmo teor em todas as edições, embora na primeira estivesse posicionado em lugar diferente do das demais. O *quase* refere-se quantidade do texto alterado, embora a pequena mudança, de um termo a outro, evidencie o trabalho do autor e a evolução de seu pensamento.

Como em toda a natureza ha unicamente substancias, qualidades, e relações; tambem no pensamento ha só idéas de substancias, de qualidades, e percepção [de] relações, ou de **identidade**, ou de determinação, ou de nexa e ordem entre as mesmas ideas e sendo as palavras signaes de nossas ideas e pensamentos, segue-se que em toda e qualquer Lingua ha sómente cinco especies de palavras, correspondentes á analyse que fizemos do pensamento : porisso com os Nomes Substantivos significamos as substancias ; com os Adjectivos as qualidades ; com o Verbo Substantivo as relações de **identidade** ; com as Preposições as de

determinação ; e com as Conjuncções as de nexo e ordem.(...) (Duarte 1829, p. 17) (Grifos nossos)

O segundo excerto traz uma alteração, pela substituição do termo *identidade* por *conveniência*. Leia-se o texto e, depois, vejam-se os comentários sobre tais alterações.

Como em toda a natureza ha unicamente substancias, qualidades, e relações, tambem no pensamento ha só idéas de substancias, de qualidades, e percepção das relações, ou de **conveniencia**, ou de determinação, ou de nexo e ordem entre as mesmas idéas ; e sendo as palavras signaes de nossas idéas e pensamentos, segue-se que em toda e qualquer Lingua ha sómente cinco especies de palavras, correspondentes á analyse que fizemos do pensamento : porisso com os Nomes Substantivos significamos as substancias ; com os Adjectivos as qualidades ; com o Verbo Substantivo as relações de **conveniencia** ; com as Preposições as de determinação ; e com as Conjuncções as de nexo e ordem. (...) (Duarte 1877, p. 26) (Grifos nossos)

No primeiro excerto, vê-se o termo *identidade* que, no segundo, foi substituído por *conveniencia*. A simples alteração do texto, pela troca dos termos, parece não ter tanto significado, mas é uma opção teórica relevante. Apesar de Barbosa (1822) compor o horizonte de retrospectão de Duarte, de modo mais próximo e direto, nesse caso, a troca dos termos *identidade* por *conveniencia* indica que o brasileiro se afastou um pouco do português.

Barbosa (1822) emprega os dois termos em sua gramática, mas *identidade* tem sentido preciso, não como sinônimo de concordância nominal ou verbal, para o que seu termo é mesmo *concordancia*. O termo *identidade* é empregado pelo português sempre em relação à combinação de sentido entre termos da proposição. Já *conveniencia*, é palavra usada apenas três vezes, e no sentido de concordância, o que revela ser esse um termo usado acidentalmente em sua gramática. Concordância, por sua vez, é o termo sempre empregado em referência ao acordo sintático entre as palavras.

É impossível afirmar se Duarte teve, ou não, contato direto com as obras francesas, quer com as obras de Arnauld e Lancelot, ou com as de Arnauld e Nicole, quer as de Du Marsais e de Beauzée, pois esses são, também, autores fonte para Barbosa (1822). Embora seja esse o autor que está no *horizonte de retrospectão* mais próximo de Duarte, o que se evidencia pela identidade de

teoria, terminologia e classificações, o *Compendio* revela, igualmente, alguma divergência, ou diferença, de sua fonte primeira. Tais diferenças, perceptíveis em pontos dos quais Duarte tira suas próprias conclusões, são muito próximas de posições dos gramáticos enciclopedistas franceses quando esses divergem dos gramáticos de Port-Royal, por exemplo. Por isso, não é descabida a hipótese de ele ter tido algum tipo de relação com essas outras fontes, por exemplo com a GGR e a *Encyclopédie*, embora dessa relação não haja uma comprovação mais concreta. A hipótese da relação primeira e mais direta de Duarte com Barbosa é, então, a mais aceitável, porque claramente comprovável. Com outros autores, da GGR e da *Encyclopédie*, pode-se postular, então, que a relação tenha sido tardia, secundária, isto é, que tenha acontecido depois de publicada a primeira edição do *Compendio* e, talvez, indireta, por outros autores.

Barbosa (1822) se beneficiou dos conceitos da gramática geral, pelas obras dos autores franceses citados, e os aplicou à sua leitura dos fatos da língua portuguesa, o que foi aproveitado por Duarte, não somente no que tange à teorização sobre a linguagem e à interpretação dos fatos gramaticais da língua portuguesa. Essa proximidade pode ser verificada pela comparação dos textos dos dois autores, mesmo nos casos frequentes em que Duarte discorda de sua fonte (ver Leite 2017).

Uma das pistas que evidencia a maior concordância de Duarte com Barbosa é ter ele adotado muitas de suas ideias e, dentre essas, algumas dissonantes daquelas dos autores da GGR, mas acordes com as dos iluministas. Duarte utiliza, para estruturar sua interpretação do português, por exemplo, termos e conceitos não caracterizadores da teoria geral, racional, filosófica. Exemplos são *substancia* e *qualidade* oriundos da teoria natural à interpretação das línguas. Os padres de Port Royal usam o termo *substance* para tratar do nome e, assim, dos conceitos de substantivo e adjetivo, mas deixam claro que as duas classes de palavra não se definem nem se distinguem por tal conceito, já que os nomes (substantivos e adjetivos) são reversíveis por critério que denominam “confuso”. Além disso, não há referência à *qualidade* como critério definidor do adjetivo, mas a *acidente*. Outras menções ao termo *substance* aparecem, em outros contextos, por exemplo, quanto aos pronomes e à oratória (substância do discurso)¹².

Esses termos, porém, foram empregados pelos enciclopedistas, Du Marsais e Beauzée, no sentido que os gramáticos de língua portuguesa o fizeram.¹³

¹² Arnauld et Lancelot (1803, p. 458).

¹³ No artigo *Adjectivo*, Du Marsais (1751, p. 133a) se refere, por exemplo, aos termos substância

Nesse caso, portanto, não é possível decidir se a opção de Duarte, em desacordo com a orientação da GGR, resulta de um acordo com a proposta iluminista por intermédio de Barbosa, ou se lhe chega diretamente.

Já *ordem* é termo próprio da sintaxe e tem lugar relevante e especial na GGR e na *Encyclopédie*. A ideia de ordem organiza o conceito sintático de *construção*, que segundo os autores da GGR corresponde a uma das regras gerais da linguagem, já que em todas as línguas as palavras são dispostas em uma ordem, segundo o uso. Do mesmo modo entende Du Marsais (1753, p. 821b), segundo o que explica no verbete *concordance*. A ideia de *nexo* está incluída na de conjunção, ligação (*lien*), relação (*relation*) etc, mas, pelo que conhecemos o conceito não aparece nas obras francesas designado pela palavra *nexo* (*nexus*).

O quadro a seguir apresentado (Leite 2018, p. 25), resume como Barbosa trata a segunda operação do pensamento, a de julgar, que ocorre quando, depois de o indivíduo ter percebido ou concebido algo da realidade, procede a outra operação mental, a comparação. Essa operação consiste no movimento intelectual de reconhecimento do que já é *dado*, ou seja, do que já faz parte do universo de conhecimento do indivíduo, e da colocação desse “dado” em relação como o “novo”, os novos objetos de conhecimento, aquilo que o indivíduo não conhecia, nunca tinha visto antes e que vem a apreender da realidade. Isso é o que se realiza por meio de operações de *identidade*, de *determinação* e *nexo*. O quadro mostra essa segunda operação:

2ª operação Julgar	comparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. identidade [em uma ideia há outra] 2. ou determinação [uma ideia determina outra] 3. Nexo e ordem [razão paralela entre ideias]
-----------------------	------------	--

Quadro 1 – Segunda operação do pensamento

Os conceitos de *identidade* e *determinação* são empregados tanto na GGR quanto na *Encyclopédie*, embora nesta estejam mais explicados e desenvolvidos do que naquela. Na GGR, o termo *identidade* é usado para tratar da *relação sintática* e *morfológica* existente entre as palavras, por exemplo, daquela do substantivo com o adjetivo a ele referente e do verbo com seu atributo (Arnaud e Lancelot 1780, p. 238). A *identidade*, explicam os autores (Arnaud e Lancelot

e qualidade para conceituar o adjetivo, distinguindo-o do substantivo.

1780, p. 239), diz respeito à compatibilidade gramatical de uma palavra com outra, e a *determinação*, à regência. Sobre *identidade*, por exemplo, veem-se as seguintes referências:

*Dans le premier exemple, je vois que Luculle est qualifié de riche. Le nom propre substantif Luculle & l'adjectif riche ne marquent, par le **raport d'identité**, qu'un seul & même individu.* (Arnaud e Lancelot 1780, p.239) (Grifos nossos)

*Toutes les lois de la syntaxe tous les rapports des mots, peuvent se rapeler à deux ; le **raport d'identité**, & le raport de détermination.* (Arnaud e Lancelot 1780, p.239) (Grifos nossos)

Na primeira citação, o termo identidade é usado sob o critério lógico, pelo qual se identifica a relação existente entre o sujeito (Luculle) e o atributo (riche). Na segunda citação, porém, o mesmo termo é empregado quando os autores falam de sintaxe, de relação de palavras, ou, em outras palavras, de concordância. Também no campo da sintaxe, usam o termo determinação, nesse caso em referência a regime, à regência. Os excertos expõem claramente a importância dos termos identidade e determinação no contexto da GGR. (*Grifos nossos*)

Le **raport d'identité** est le fondement de la concordance du genre, du nombre, &c. Le raport de détermination est le fondement du régime ; (...). (Arnaud e Lancelot, 1780, p. 239) (Grifos nossos)

Os padres de Port-Royal usam o termo *conveniencia*, como conceito paralelo ao de *concordância*, pois diz respeito à compatibilidade morfológica das palavras, da solidariedade que mantêm entre si, isto é, de quando uma alteração morfológica em uma palavra se reflete em outra. Dizem eles, quando distinguem *convenance* de *construction* e de *régime*:

La construction des mots se distingue généralement en celle de **convenance**, quand les mots doivent convenir ensemble, & en celle de régime, quand l'un des deux cause une variation dans l'autre. (Arnaud e Lancelot 1803, p. 385) (Grifo nosso)

Les verbes, de même, doivent avoir la **convenance** des nombres & des personnes avec les noms & les pronoms. (Arnaud e Lancelot 1803, p. 386) (Grifo nosso)

Na *Encyclopédie* os termos são definidos de modo um pouco diferente. Em geral, a terminologia é tratada com mais profundidade, pois os autores explicam-na pormenorizadamente, tratando-a metagramaticalmente, teorizando a seu respeito.¹⁴ Para o termo *determinação*, por exemplo, Du Marsais abre um artigo, esse bem curto, para defini-lo e, por ele remete o leitor a outros relacionados com a questão (*concordância e construção*).

DÉTERMINATION, s. f. terme abstrait ; il se dit en Grammaire, de l'effet que le mot qui en suit un autre auquel il se rapporte, produit sur ce mot-là. L'amour de Dieu, de Dieu a un tel rapport de détermination avec amour, qu'on n'entend plus par amour cette passion profane qui perdit Troie ; on entend au contraire ce feu sacré qui sanctifie toutes les vertus. Dès l'année 1729 je fis imprimer une préface ou discours, dans lequel j'explique la maniere qui me paroît la plus simple & la plus raisonnable pour apprendre le latin & la grammaire aux jeunes gens. Je dis dans ce discours, que toute syntaxe est fondée sur le rapport d'identité & sur le rapport de détermination ; ce que j'explique page 14. & page 45. Je parle aussi de ces deux rapports au mot **Concordance** & au mot **Construction**. Je suis ravi de voir que cette réflexion ne soit pas perdue, & que d'habiles grammairiens la fassent valoir. (F) , Du Marsais (1753, p. 901b)

No artigo *concordance*, Du Marsais (1753, p. 822) emprega esse termo e explica que, quanto à *construção*,¹⁵ há dois tipos de relação entre as palavras: (i) *identidade* e (ii) *determinação*. Se há *identidade* entre elementos eles estão no mesmo nível gramatical e, portanto, têm os mesmos acidentes, ou seja, concordam entre si; se há *determinação*, a relação entre as palavras é de restrição ou complementação de uma a respeito da outra para a inteireza do sentido.

Beauzée (1775, p. 495b) desenvolve um artigo intitulado *identidade*, para tratar da relação que serve de fundamento à concordância. Para esse autor, o termo *identidade* é uma inovação terminológica no âmbito da gramática “para exprimir a relação que serve de fundamento à concordância”. Pelo que se percebe, foi um termo empregado, primeiro, pelos autores da GGR e, depois, estabelecido por Du Marsais. Beauzée, no artigo citado, se refere a uma crítica que um gramático chamado Fromant fez a Du Marsais. Os textos transcritos a seguir expõem essa situação:

¹⁴ Trata-se do gênero enciclopédia e esse aprofundamento pormenorizado em cada “entrada” faz parte desse gênero do discurso.

¹⁵ No sentido de ordem das palavras na proposição.

Identité, (Gramm.) terme introduit récemment dans la Grammaire, pour exprimer le rapport qui sert de fondement à la concordance. Voyez Concordance. (Beauzée (1775, p. 496a) **Et un petit défaut d'exactitude peut-il empêcher que M. du Marsais n'ait à se glorifier beaucoup d'être l'auteur de ce principe ?** M. Fromant lui-même ne doit guere se glorifier d'en avoir fait une censure si peu mesurée & si peu juste ; je dis, si peu juste, car il est évident que c'est pour avoir mal compris le vrai sens du principe de l'identité, qu'il est tombé dans l'inconséquence qui a été remarquée en un autre lieu. (Beauzée (1775, p. 496a) (Grifo nosso)

Quanto ao termo *conveniência*, Beauzée o utiliza, embora não tenha teorizado sobre ele. Esse termo aparece quando trata de outros assuntos como, por exemplo, *relação* e *proposição* (Beauzée 1765, p. 61b), pontos em que o emprega em sentido gramatical ao descrever a relação incompleta da proposição “*je suis attentif*”, afirma que “il équivaut à suis lisant ; attentif n'annonce que la *relation de convenance du sujet à l'attribut.*” (Beauzée, 1765, p. 474a).

No mesmo sentido de Du Marsais, Barbosa, ao desenvolver sua teoria da linguagem, explica que no mundo existem indivíduos e relações, as quais aqueles mantêm consigo e com os outros e com a realidade (natureza) dentro de uma certa ordem. De acordo com essa premissa o autor diz que a 1ª coisa que surge ao indivíduo por meio da sua relação com a natureza são as ideias, por meio das quais o indivíduo procede às operações de *percepção* e *juízo* da realidade em que vive. Assim como Du Marsais, no trecho antes citado, Barbosa diz que

a 2.a couza, que ha em nosso Espirito, he a Combinação, ou Comparação, que elle [o indivíduo] faz destes mesmos objectos e ideas, ou consigo mesmas, olhando-as por diferentes faces, ou com outras diferentes, para perceber as diversas relações, que humas tem com outras ou de **Identidade**, ou de **Determinação**, ou de Nexo e de Ordem. De Identidade, quando em huma idea se contém a outra, como por ex. : na idea de Deos se contém a de Ser ou Ente. (Barbosa 1822, p. 104)

O gramático português parte da concepção filosófica da relação do homem com o mundo para explicar o conceito de *identidade*, e essa tomada de posição filosófica é fundamental para o estabelecimento de seu conceito. Ao tratar das relações de nosso espírito com os objetos e as ideias, o autor esclarece que há relação “De Identidade, quando em huma idea se contém a outra, como por

ex. : na ideia de Deos se contém a de Ser ou Ente” (Barbosa 1822, p. 104), e é essa concepção lógico-semântica que predomina em sua interpretação. Ele diz:

A mesma correlação pois, que ha entre as ideias, devia tambem haver entre as palavras, que as representão, variando de terminações á proporção que as mesmas ideias varião de genero, e de numero, e concordando entre si para mostrarem pela conformidade mesma de sua forma exterior a identidade Logica do attributo com o sujeito. (Barbosa 1822, p. 112)

Mesmo a variação morfológica referida nesse excerto está, para Barbosa, a serviço da relação lógico-semântica existente entre as ideias e as coisas. Das vinte e quatro ocorrências do termo *identidade*, na *grammatica* de Barbosa, a maior parte é referente às relações lógico-semânticas existentes entre termos e proposições como se percebe, embora Barbosa se utilize da mesma classificação de Du Marsais, sua interpretação do conceito de *identidade* é um pouco diferente daquela dos filósofos franceses. A concepção de Barbosa é, pois, predominantemente semântico-ontológica, enquanto a de Du Marsais é predominantemente morfo-sintática.

Em resumo, as duas posições podem ser assim ilustradas:

identidade	relação morfo-sintática
conveniência	relação lógico-semântica

Quadro 2 - Encyclopédie

identidade	relação lógico-semântica
conveniência	relação morfo-sintática

Quadro 3 - Grammatica philosophica

Essa longa exposição mostra que a troca do termo *identidade* para *conveniência* vista no texto de Duarte não foi graciosa, mas resultante de uma

tomada de posição teórica consciente e de acordo com a de Barbosa (1822). Embora Duarte prefira o termo conveniência, e não concordância, seu conceito é correspondente ao de Barbosa. O brasileiro serve-se do termo *conveniência*, no sentido de concordância gramatical, mais de trinta vezes, o que confirma ser seu *horizonte de retrospectção* mais próximo do de Barbosa.

3.2 Sobre a interjeição

Em *Da Etymologia*, o texto de introdução deslocado de sua posição original de abertura de capítulo, na primeira edição, para uma nota de rodapé na quarta e sexta edições, Duarte levantou uma questão gramatical muito presente nas gramáticas filosóficas: o papel da interjeições. A dificuldade de classificação dessa “parte do discurso” é inerente à gramática, por sua diversidade formal e textual. Nem mesmo os gregos,¹⁶ os fundadores da gramática, consideraram-na como uma parte do discurso, pela dificuldade de distingui-la de outras classes, e as deixaram dentre os advérbios. Os latinos,¹⁷ depois, incluíram-nas entre as partes da oração, e a discussão sobre seu estatuto desde então jamais abandonou a crítica à teoria linguística acerca dessa questão. No contexto da gramática filosófica, vinte e um séculos depois do surgimento da gramática, contudo, a interjeição incorpora um papel discursivo importante por, mesmo sendo do nível dos sentimentos e não da razão, estar relacionada à linguagem e ao pensamento do homem.

Barbosa, desde sua obra *As duas linguas, ou Grammatica portugueza* (1807) separa as partes do discurso em dois grupos: no primeiro, *Das palavras exclamativas, ou interjeições*; no segundo, *Das palavras analyticas ou discursivas* e essa divisão é a mesma da *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822).¹⁸ Essa diferença na classificação das partes do discurso está na GGR que separa dois tipos de palavras: as que se relacionam aos objetos do pensamento, que são os *nomes, pronomes, artigos, participios, preposições e advérbios*, e as que dizem respeito à forma e à maneira dos pensamentos, que são os *verbos, as conjunções e as interjeições* (Arnauld e Lancelot, 1803, p.

¹⁶ Por exemplo, Dionísio da Trácia (séc. II a.C.) e Apolônio Discolo (séc. II d.C.).

¹⁷ Por exemplo, Prisciano (séc. VI d.C.).

¹⁸ Beauzée (1765, p. 828a), sobre as interjeições diz: “l y a donc en effet des parties d’oraison de deux especes ; les premieres sont les signes naturels des sentimens, les autres sont les signes arbitraires des idées : celles là constituent le langage du cœur, elles sont affectives : celles ci appartiennent au langage de l’esprit, elles sont discursives.”

272). Essa divisão foi retomada e sistematizada por Beauzée (1765, p. 753a) que disse serem umas os signos arbitrários das ideias, as palavras enunciativas, e outras que nada têm de arbitrário, são afetivas, as interjeições. Essa opção de considerá-las, de um lado como elementos classificáveis como uma das partes do discurso ligadas à paixão e não à razão levou Duarte à confusão de dizer que elas são também uma parte elementar do discurso, mas também que não são parte.

A terminologia adotada para designar a classificação geral das palavras também comprova a relação direta de Duarte a Barbosa. No contexto da gramática portuguesa é Barbosa (1807; 1822) que denomina as partes do discurso como “partes elementares do discurso”, e é assim, também, que Duarte as denomina. Sobre as *partes elementares*, então, cabe considerar o papel das interjeições para entender porque na primeira edição do *Compendio* Duarte não discutiu a classificação dessa categoria. Em edições posteriores, porém, ele o fez, deixando claro ter pensado em seu estatuto.

A doutrina da interjeição, pois, constitui uma diferença importante entre as edições do *Compendio*, o que a habilitou a ser discutida aqui, como mostraremos a seguir. No texto de 1829 a *interjeição* entrava como uma “parte elementar do discurso”, pois não somente era considerada uma das partes como contou dentre as demais. Nas edições de 1859 e 1877 vem a confusão, pela inclusão da nota que nega o que o texto principal afirma, para ficar de acordo com os princípios da teoria racional (ver Leite 2016). Lê-se na primeira edição:

As Partes elementares da oração e do discurso são **seis**: Nome Substantivo, Nome Adjectivo, Verbo, Preposição, Conjuncção, e a **Interjeição**. (Duarte 1829, p. 18) [Grifo nosso]

E nas outras duas:

São **cinco** as Partes elementares da oração, a saber : Nome Substantivo, Nome Adjectivo, Verbo, Preposição, Conjuncção, e a **Intrejeição (sic) que não é Parte elementar**, porque ella per si só equivale a uma oração, e ás vezes a muitas 9. Discurso é um composto de proposições, e porisso ellas *são os* seus elementos. (Duarte 1859, p. 21 e 1877 p. 26) [Grifos nossos]

Fica assim estabelecida uma mudança de posição do autor quanto à inclusão, ou não, das interjeições com parte do discurso. O autor, contudo,

prosegue seu raciocínio e explica mais um pouco sua posição, que não diverge da de Barbosa, nem da dos Encyclopédistas, embora sem a clareza com que expõem suas ideias: há as palavras próprias para a expressão das ideias e as interjeições para a manifestação dos sentimentos. O autor, contudo, mostra que compreende e interpreta com propriedade o papel das interjeições, ao dizer que elas equivalem a um discurso. Leia-se a texto seguinte:

Estas diferentes especies de palavras tem sim logar quando expomos miudamente nossas idéas : mas se as enunciamos junctas e em confusão, como succede ordinariamente, se nosso espirito está occupado de alguma paixão violenta, **nestes casos nos exprimimos com Interjeições, outra especie de palavras, equivalente a todas as cinco, e por isso mesmo a um discurso**, em que expozessemos pelo miúdo os sentimentos de que o espirito está occupado. Com a Interjeição vem a ser seis as classes das palavras, que podem entrar no discurso. Estas ainda que em diferentes Povos variem no material dos sons, não podem deixar de ser a pintura do pensamento, de representar as mesmas idéas e as mesmas relações, e por consequencia de ser as mesmas em todas as Linguas, assim cultas, como selvagens, antigas e modernas.(....) (Duarte 1859, p. 21 e 1877 p. 26) [Grifos nossos]

Não obstante isso, a posição de Duarte é incerta quanto à classificação da interjeição, considerando que tanto a considera como uma das *partes elementares do discurso*, e, também, não como uma delas, mas como um tipo especial de sequência discursiva, o que, como vimos, não está desse modo definido.

Para concluir a análise, mais um fato que mostra a diferença existente entre as edições do *Compendio*.

3.3 A consideração do gênero dual

Algumas alterações a que o autor procedeu no texto são relativas à atualização da teoria gramatical “natural”, aquela primeira teoria a que já nos referimos antes. Essa teoria é responsável pelo que Auroux (2014, p. 44-46) denomina “gramática latina estendida”, para explicar o que ocorreu com o fenômeno da “gramatização dos vernáculos europeus” (idem), quando as diversas línguas foram descritas decalcando a gramática latina.

O conceito de gramática *latina estendida* é assim definido:

O quadro teórico que se constitui assim corresponde grosso modo a uma descrição comum que convém mais ou menos à língua inicial e às outras. Neste sentido, pode-se falar em uma Gramática latina estendida (GLE). (Auroux, 2014, p. 46)

Por “gramática latina” entenda-se a teoria de descrição da língua latina, que engloba tanto sua terminologia quanto seus conceitos, isso quer dizer que é relativa à aplicação dessas regras à descrição das línguas. Tratamos dessa questão aqui porque o objeto deste item envolve diretamente uma regra do latim aplicada ao português, sobre a descrição do número dos substantivos. A terminologia latina foi traduzida e adaptada a cada uma das línguas e os conceitos acompanharam as descrições, em um trabalho que, a depender do gramático, foi mais ou menos crítico.

Para o português, por exemplo, o primeiro gramático, Fernão de Oliveira (1536), reconheceu que a língua portuguesa tinha características próprias e que, portanto, não podia ser totalmente descrita pelo modelo latino, tanto que critica a adoção cega das regras latinas e diz:¹⁹

Mas nos somos tão grãdes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são neçessarias: e por nossa vôtade damos nossas auantagês aos latinos e gregos que tão pouco sabẽ as vezes o que hão mester como os que antre nos pouco sintem. (Oliveira 1536, p. 23)

Não foi, contudo, esse “sentir” de Oliveira que predominou na gramatização do português. Os gramáticos que o sucederam, sendo João de Barros (1540) o sucessor imediato, ignoraram essa crítica e, por outros motivos, enquadraram o português ao molde da gramática latina, adequando-a, em alguns pontos, às características do latim. Como exemplo, podemos tomar a declinação de nomes, adaptada, com ajuda de artigos e preposições, para simular os diversos casos. Assim com a declinação dos nomes, a flexão de plural aparecia repetindo a gramática latina, como vemos, ainda no século XIX, como o fazem Barbosa (1807 e 1822) e Duarte (1829), primeira edição do *Compendio*:

Numero é a quantidade de individuos ou cousas, que os nomes significão. Os Numeros *são* tres Singular, Dual e Plural. (Duarte 1829, p. 21)

¹⁹ Sobre a posição de Fernão de Oliveira (1536) ver Leite (2007).

Essa descrição, contudo, é alterada nas edições posteriores ora examinadas, como se vê no trecho abaixo, em que a referência ao número *Dual* é eliminada:

Numero é a quantidade de individuos ou cousas, que os nomes significão. Os Numeros *são dois* Singular, e Plural.

A classificação do gênero dual foi um latinismo do autor, corrigido nas edições seguintes à primeira, pelo menos nas que conhecemos. Essa classificação ecoa as gramáticas de Barbosa, tanto a de 1807, *As duas linguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (1807), quanto a de 1822, *Grammatica philosophica da lingua portugueza* que vimos analisando aqui. Na primeira, Barbosa trata do latim e do português, com o objetivo de descrever as duas línguas, também fundamentado na GGR. Nessa obra, os autores franceses, embora partam de princípios da existência de regras gerais possíveis para todas as línguas preveem igualmente especificidades de cada uma delas, o que dá origem às gramáticas particulares.

Na GGR os autores se referem ao dual, porque há línguas em que ele existe. Depois de dizerem que o número é composto de singular e plural, talvez pensando nas regras do francês, *lembram* da existência do dual em línguas como a grega, para os nomes que convêm aos dois números, como se vê a seguir:

Pour distinguer ces deux sortes de manières de signifier, on a inventé les deux nombres; le singulier, homo, homme; et le plurier, homines, hommes.

Et même quelques langues, comme la langue grecque, on fait duel lorsque les noms conviennent à deux. (Arnaud e Lancelot 1803, p. 278-279)

Fundamentado nisso, Barbosa (1807) registra a existência do gênero dual no português. É o que se lê no seguinte trecho:

Chama-fe Numero a differente terminação de hum nome pel'a qual indica fe , ou hum só, ou dous, ou mais os individuos, ou coufas que elle significa. Daqui a divisão dos numeros em Singular, Dual, e Plural. (Barbosa 1807, p. 7)

Lição que é repetida por Barbosa também na *Grammatica philosophica* de 1822, pois está lá:

Chama-se Numero a differente terminação de hum nome, pela qual indica ser hum so, ou dous, ou mais os individuos, ou couzas que elle significa. Daqui a divisão dos Numeros em Singular, Dual, e Plural. Dos nomes Portuguezes, huns tem so Singular, outros so Dual, outros so Plural, e outros Singular e Plural ao mesmo tempo, debaixo da mesma terminação, e os mais Singular e Plural com differentes terminações.

Talvez isso tenha apoiado a ideia de Duarte (1829), o que foi alterado posteriormente, nas outras edições analisadas. Nesse caso, Duarte desligou-se de suas fontes, talvez por concluir que as regras da morfologia do português, também para número, não são as mesmas do latim.

Considerações finais

Esta pesquisa, realizada segundo princípio e método próprios à teoria denominada *História das Ideias Linguísticas*, seguiu os rastros deixados por Antonio da Costa Duarte quando da redação de seu *Compendio da Grammatica Portugueza* (1829) e do *Compendio da Grammatica Philosophica Portugueza* (1859; 1877). A hipótese que guia a investigação é a de que o conhecimento linguístico é produto de um processo de acumulação ou continuidade de saberes, pontuado por descontinuidades, que se constroem na longa duração do tempo. O princípio é buscar as *causas* de um *efeito* e o método é o da perseguição, por meio de pistas textuais - diretamente referidas, ou não - do caminho trilhado pelo autor para construir o conhecimento que levou a público. Tal procedimento metodológico configura o trabalho de reconstrução do *horizonte de retrospectão* do autor/obra, o que implica a volta no tempo para encontrarem-se respostas às perguntas feitas a respeito das opções do autor.

Neste caso, nossa questão foi obter respostas a uma cadeia de efeitos. Primeiro, aquele que se evidencia com a mudança de título da obra; depois, aqueles que levaram o autor a alterar pontos específicos de seu texto. Para levantar alguns desses pontos, procuramos comparar as edições do *Compendio* a que tivemos acesso, as de 1829, primeira, a de 1859, quarta, e a de 1877, sexta.

Essa comparação das edições, procurou, pelo *efeito*, ou seja, pelos pontos da alteração de aspectos teóricos da obra, mostrar que o autor, Antonio Duarte da Costa, depois de publicada a primeira edição em 1829, aprofundou seus conhecimentos sobre a teoria geral da linguagem e alterou seu texto. Essa teo-

ria, configurada pela *Grammaire générale et raisonnée* em 1660, por Arnaud e Lancelot, e desenvolvida pelos enciclopedistas, especialmente por Du Marsais (1753) e Beauzée (1765), que foi difundida em português, por Jerônimo Soares Barbosa, especialmente pela *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), consiste na fonte principal dos conhecimentos de Duarte.

Os efeitos analisados - aspectos dos conceitos de gramática, de oração, de verbo, interjeição, de identidade e conveniência, e do número dual – na forma em que se apresentam no *Compendio*, têm como causa a aplicação de fundamentos teóricos oriundos da GGR que, para a época, era inovadora. Essa teoria foi aprofundada e desenvolvida nos textos dos iluministas, como Du Marsais e Beauzée aqui citados. Assim, a gramática, denominada, então, racional e filosófica, passou a ser entendida como a arte que explica a relação da língua com o pensamento, a *arte de falar*, por meio do estudo da oração/proposição, composta por um sujeito e um atributo, articulados pelo verbo substantivo *ser*.

Segundo a teoria geral, as partes da oração dividem-se em dois grupos, o das palavras afetivas, ou exclamativas, e o das analíticas, ou discursivas. Essa divisão, não adotada por Duarte em seu *Compendio*, mas certamente conhecida, o levou à instabilidade na descrição da interjeição. Além disso, a assimilação da “nova teoria”, a geral e racional, implicou a adoção de terminologia específica, como o par *identidade* e *conveniência*, cujos conceitos na gramática portuguesa são diferentes daqueles da fonte francesa, embora próximos, pela interpretação que lhes dá Barbosa (1822). Sem teorizar sobre essa questão, mas com base na percepção da diferença, Duarte substituiu o termo *identidade*, constante da primeira edição, por *conveniência*, nas outras duas.

Anota-se, também, que, do *horizonte de retrospectão*, carregado da teoria tradicional, especialmente daquele de descrição da gramática latina, Duarte, na primeira edição, admitiu a existência do número *dual* para os nomes portugueses que são empregados, em tese, apenas no plural. Essa interpretação é desprezada em edições do *Compendio*, naquelas posteriores à primeira, e o autor admitiu terem os nomes portugueses apenas dois números, singular e plural, podendo as palavras estarem no singular ou no plural, mais, ainda, havendo palavras que são empregadas apenas no singular ou apenas no plural.

Finalmente, ressalta-se que os dados paratextuais referentes à obra e os fatos linguísticos analisados comparativamente e postos em relevo neste texto mostram claramente que as alterações na obra a que Duarte procedeu decorreram do maior conhecimento a respeito da teoria racional que passou a ter, no curso do tempo.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, avec un Essai sur l'origine et les progrès de la langue française. 4^{ème} édition Paris : Duran, 1780. Acessível em <https://archive.org/details/grammairegn00arnauoft/page/n5>
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, avec un Essai sur l'origine et les progrès de la langue française, par M. Petitot, et suivie du commentaire de M. Duclos. Paris: Perlet, 1803. Acessível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6117192g>.
- ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *Logique ou art de penser*. Notes et postf. de Charles Jourdain. Paris: Gallimard, 1992. [1662]. Acessível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k25788r>.
- BARBOSA, Jeronymo. *As duas linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina*. Coimbra, 1807. [s.n.]
- BARBOSA, Jeronymo. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisbonne: Typographia de Academia das Sciencias, 1822. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção & Gonçalo Fernandes, 2017. http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3317
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Identité, vol. VIII, p. 495, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Interjection, vol. VIII, p. 828, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Oraison, vol. XI, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Proposition, vol. XIII, p. 474, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- COSTA DUARTE, Antonio da. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 4^a ed. Maranhão: Tipografia do Frias, 1859.
- COSTA DUARTE, Antonio da. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6^a ed. Maranhão: Na Livraria do Editor Antonio Pereira Ramos D'Almeida, 1877. Acessível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3373

- COSTA DUARTE, Antonio da. *Compendio de grammatica portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras*. Maranhão: Tipografia Nacional, 1829.
- DIDEROT, Denis. *L'Encyclopédie*. Art, vol. I, 1751, p. 713.
- DU MARSAIS. *L'Encyclopédie*. Adjectif, vol. VI, 1753, p. 132.
- DU MARSAIS. *L'Encyclopédie*. Article Concordance, vol. VIII, 1753, p. 821.
- DU MARSAIS. *L'Encyclopédie*. Article Détermination, vol. VI, 1753, p. 901.
- Fontes secundárias
- ASSUNÇÃO, Carlos. COELHO, Sónia; FONTES, Susana. *As duas linguas ou grammatica philosophica da lingua portugueza*. Notice, 2016. Disponível em *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?num=3314
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 2014.
- AUROUX, Sylvain. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de rétrospection. *Geschichte der Sprachtheorie*. P. Schmitter (éd.), 7 vol. Tübingen: G. Narr. Vol. I. *Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik. Analysen und Reflexionen*, p. 20-42, 1987.
- AUROUX, Sylvain. *La question de l'origine des langues, suivi de L'historicité des sciences*. Paris: PUF (Quadrige-Essais), 2007. [trad. port. Editora RG, Campinas, 2008].
- AUROUX, Sylvain. L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique. *Le Gré des langues*, 8, 40-62
- CAVALIERE, Ricardo. *A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.
- COLOMBAT, Bernard; PUECH, Christian; FOURNIER, Jean-Marie. *Uma história das ideias linguísticas*. Tradução de Marli Quadros Leite e Jacqueline Léon. São Paulo: Contexto, 2017. [Título original *Histoire des idées sur le langage et les langues*, 2010]
- FOURNIER, Jean-Marie; RABY, Valérie. Grammaire générale et grammaires particulières : relire la *Grammaire* de Port-Royal à la lumière des Méthodes espagnole et italienne. Documents pour l'histoire du français langue étrangère et ou seconde, Grammaire et enseignement du français langue étrangère et seconde – Permanences et ruptures du XVIIe siècle au milieu du XXe siècle. *Actes du colloque de Raguse Grammaire et enseignement du français langue étrangère et seconde (permanences et ruptures, du XVIe au milieu du XXe siècle)* 2013, p. 59-86.

- LEITE, Marli Quadros e PELFRÊNE, Arnaud (org.) e com estudo introdutório de Leite Marli Quadros. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218>
- LEITE, Marli Quadros. Anotações sobre o Compendio da grammatica philosophica. In Leite, Marli Quadros e Pelfrêne, Arnaud (org.). *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218>
- LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007.
- LEITE, Marli Quadros. Partes do discurso/Classes de palavras: um estudo das ideias sobre a interjeição em gramáticas portuguesas. *Estudos linguísticos*, Porto, vol. 11, p. 199-225, 2016.
- POLACCHINI, Bruna. Análise de textos e metatextos gramaticais: Costa Duarte (1829, 1853, 1859, 1877) e Bithencourt (1862) sobre o ‘verbo substantivo’. Editora revistas, (s.d.). Disponível em: mackenzie.br/index.php/cpgl/article/viewFile/9527/5834

Nota do editor: articulista convidado.